

EM 1974: OS PRINCÍPIOS DA BIBLIOTECA AYACUCHO¹

IN 1974: THE BEGGININS OF BIBLIOTECA AYACUCHO

Pedro Demenech²

Resumo: Este artigo apresenta alguns dos discursos políticos mobilizados na construção da Biblioteca Ayacucho, inaugurada em 1974 pela Presidência da Venezuela. Através da história intelectual, analiso os mecanismos que inicialmente organizaram o passado que funda tanto a narrativa da Biblioteca como o conceito de América Latina que ela expõe. Cabe ressaltar que esse passado é altamente plástico e maleável porque, até os dias de hoje, a Biblioteca Ayacucho, independentemente dos usos políticos, é um projeto de difusão cultural bem-sucedido com mais de quarenta anos de existência.

Palavras-chave: América Latina; história intelectual; Biblioteca Ayacucho.

Abstract: This article presents the political discourses mobilized in the construction of Biblioteca Ayacucho, inaugurated in 1974 by the Presidency of Venezuela. Through the intellectual history, I analyze the mechanisms that initially organized the past that founds both the Biblioteca's narrative and the concept of Latin America that it exposes. It should be noted that this past is highly plastic and malleable because, to this day, the Biblioteca Ayacucho, regardless of political uses, is a successful cultural diffusion project with more than forty years of existence.

Keywords: Latin America; Intellectual History; Biblioteca Ayacucho.

¹ Este artigo é parte da pesquisa de pós-doutorado, que resulta do projeto “Biblioteca Ayacucho: rede intelectual e transferência de saberes na formação de um cânon latino-americano”, financiado pela Faperj. Agradeço a Catarina Lins Antunes de Oliveira, Maria Elisa Noronha de Sá e ao parecerista que leu este artigo.

² Bolsista de Pós-Doutorado Faperj Nota 10/PUC-Rio: <p_demenech@yahoo.com.br>.

DA BIBLIOTECA AYACUCHO A SIMÓN BOLÍVAR

É interessante encontrar um acesso direto às questões iniciais e aos fundamentos dos discursos políticos relacionados às origens da Biblioteca Ayacucho, inaugurada pela presidência da Venezuela em 10 de setembro de 1974. Essa procura, a propósito, pode ser encurtada pela citação de dois trechos do decreto n. 407 do presidente Carlos Andrés Pérez (1922-2010), trechos fundamentais porque explicitam os motivos de fundar a Biblioteca e, também, expressam os interesses do governo de Andrés Pérez para a América Latina. Assim, corresponderia à

Venezuela, como pátria do General de Ayacucho, Antonio Jose de Sucre, tomar toda a iniciativa para exaltar e glorificar o feito de armas que selou a independência latino-americana;
[deste modo, a] celebração do Sesquicentenário do transcendental feito histórico da Batalha de Ayacucho deve fazer parte de um processo geral da política dos povos latino-americanos para reafirmar sua independência e seu progresso na presente etapa da vida do Continente (VENEZUELA, 1974, p. 125).³

O sentido da celebração da batalha de Ayacucho (9 de dezembro de 1824), na citação acima, não se encontra propriamente na vitória do General Antonio Jose de Sucre (1795-1830) sobre as forças da coroa espanhola, mas no modo como esse evento atualiza o discurso que celebra a pátria dos povos latino-americanos,⁴ independente e unida pelo progresso,⁵ tal como o projeto imaginado por Simón Bolívar (1783-1830).

Segundo de la Reza (2015, pp. 113-116), em Bolívar, a ideia de união americana – em termos de independência, pátria, povos e progresso –

3 “Venezuela, como patria del Gran Mariscal de Ayacucho Antonio José de Sucre, tomar cuanta iniciativa propendaa exaltar y glorificar el hecho de armas que selló la independencia latinoamericana; [...] celebración del Sesquicentenario del transcendental hecho histórico de la Batalla de Ayacucho, debe formar parte de un proceso general de la política de los pueblos latinoamericanos para reafirmar su independencia y su progreso en la presente etapa de la vida del Continente.” Todas as traduções de citações são minhas.

4 Nesse caso, o termo “latino-americano”, no decreto n. 407, assume um sentido próximo ao de “americano” que, na época das independências, foi adotado para unificar os diferentes grupos políticos na América. Cf. Feres Jr. (2009).

5 Para compreender os conceitos de “pátria”, “independência”, “povos” e “progresso” no pensamento e discursos políticos ibero-americano do século XIX, cf. Guerra (1992) e Fernández Sebastián (2009-2014).

encontra respaldo nas ligas gregas da Antiguidade e nas ideias de Charles Irénée Castel (1658-1743), o abade de Saint Pierre, publicadas, entre 1712 e 1717, nos três volumes de *O projeto para fazer a paz perpétua na Europa*.⁶

Em 1815, na Carta da Jamaica, Bolívar menciona a Liga Helênica organizada por Felipe II da Macedônia, em 388 a.C., no Istmo de Corinto,⁷ onde teriam sido construídas a síntese das tradições institucionais e intelectuais da Grécia antiga e a coesão interna para enfrentar ameaças externas. Contudo, para que Bolívar pensasse em uma anfictionia americana, a principal fonte foi a obra do abade de Saint Pierre.

No caso da Biblioteca Ayacucho, tais ideias também aparecem no primeiro volume da Coleção Clássica. Em *Doctrinas del libertador*, Simón Bolívar (1976) não é somente o militar que luta pela independência, mas o político e reformador social que, além de embasar a proposta do decreto n. 407, apregoa o ideário de autonomia e integração continentais de modo particularmente heroico. Desse modo, após 150 anos, a batalha de Ayacucho torna-se o acontecimento fundacional da expressão do ideal de união americana.

Cruzando, então, o projeto inicial da Biblioteca Ayacucho com as ideias de Bolívar, tudo se passa no plano próximo ao da “ideia grandiosa [de] pretender formar de todo o Novo Mundo uma só nação com um vínculo que ligue suas partes entre si com o todo” (BOLÍVAR, 1992, p. 72). Esse vínculo, porém, diferentemente do que previu Bolívar no século XIX, não estaria na origem, na língua, nos costumes e na religião, isto é, na cultura que os americanos supostamente herdaram dos espanhóis. Até porque a ideia de cultura enfatizada pela Biblioteca e por sua Coleção é mais ampla e aberta que a de Bolívar.

Assim, em vez de excluir os elementos que não herdaram a influência hispânica, no interior da Biblioteca Ayacucho, é possível confederar⁸ e articular as diferenças do continente. Na Biblioteca, portanto, em vez de a América estar dividida – em diferentes Estados com climas distintos, situações adversas, interesses opostos e índoles dessemelhantes –, há uma harmonia do todo com as partes.

⁶ Sobre a Liga Helênica, cf. cap. I e sobre o abade de Saint Pierre cf. cap. V.

⁷ Bolívar, na carta da Jamaica, escreveu: “Como seria belo se o istmo do Panamá fosse para nós o que o de Corinto foi para os gregos!” (BOLÍVAR, 1992, p. 72).

⁸ Essa hipótese vem das leituras sobre confederacionismo e federalismo na América Latina. Basicamente, a confederação é uma antiga forma de união política em que Estados soberanos se unem, sem perder a soberania (CHIARAMONTE, 2016).

A Biblioteca Ayacucho recupera e aperfeiçoa a ideia de unir a América. Contudo, o sentido de sustentação desse sistema é outro, porque não está em jogo “consolidar o poder d[este] grande corpo político” (BOLÍVAR, 1992, p. 122) por meio de uma autoridade superior, mas sim, explicitar a experiência produzida e acumulada na América ao longo do tempo, principalmente desde as independências.

Desse modo, quando criada, a Biblioteca Ayacucho responde parcialmente ao ideal de Bolívar para o Congresso Anfictiônico do Panamá, no qual, em 1826, planejou-se um conjunto de leis e um princípio universal para regular as relações externas entre os Estados independentes, respeitando a ordem interna e a diferença de cada um deles.⁹

É como se a Biblioteca, para funcionar, devesse – usando as palavras de Bolívar (1992, pp. 123 e 124) – “encontrar a igual distância das extremidades” que forma a América e, assim, estabelecer o “plano das primeiras alianças” que dão ao continente a condição de iniciar “a marcha de [suas] relações com o universo”.¹⁰ Entretanto, a Biblioteca Ayacucho não é um projeto exclusivamente político, pois, ainda remontando sua origem ao Congresso do Panamá, celebra a integração da América Latina e de sua história por meio do conceito de cultura.

GRANDE VENEZUELA: ANDRÉS PÉREZ, O PETRÓLEO E A AMÉRICA LATINA

Para compreender a forma dessa união latino-americana criada pela Biblioteca Ayacucho é fundamental recordar que, em 1974, ela era ligada diretamente à presidência da Venezuela. Fica claro, então, que a mobilização da cultura latino-americana, na verdade, integra o projeto maior conhecido, no primeiro mandato de Andrés Pérez (1974-1979), como Gran Venezuela, projeto esse impulsionado pela “euforia do petróleo”.

⁹ No Congresso do Panamá, o objetivo de Bolívar seria a construção de um conjunto de leis, um princípio universal que regulassem as relações externas entre os Estados independentes, mas respeitando a ordem interna e a diferença dessas entidades. Cf. Bueno; Arruda (2015).

¹⁰ É interessante mencionar que as menções à antiguidade clássica em Bolívar indicam que, na América Latina do século XIX, a experiência intelectual e política também encontrava suas fontes em dois mundos distintos, mas compatíveis entre si: o antigo e o moderno. Assim, por exemplo, era perfeitamente cabível que as ideias clássicas se misturassem com as propostas de Montesquieu (1689-1755), Rousseau (1712-1778), Humboldt (1769-1859) e do pensamento político hispânico liberal do século XVIII.

Em escala global, essa euforia foi causada pelo embargo de países árabes produtores de petróleo às nações ocidentais que apoiaram Israel, na Guerra do Yom Kippur (1973), contra a Síria e o Egito.¹¹ Consequentemente, o aumento do preço do petróleo no mercado internacional desestabilizou toda uma economia global dependente, ainda, do consumo e da exploração de combustíveis fósseis (HOBSBAWM, 2002, pp. 241-242).

Nessa ocasião, a Venezuela teve uma oportunidade sem precedentes de obter riquezas em sua história. Pacheco e Guevara Sánchez (2004), por exemplo, associam a criação da Biblioteca Ayacucho às condições políticas e econômicas do período e argumentam que os anos 1970 são uma época de transformação vertiginosa no país. Contudo, para compreender a importância da Venezuela nesse episódio, é necessário mencionar a articulação tecida por Juan Pablo Pérez Alfonzo (1903-1979), ministro de Minas e Hidrocarburetos, entre 1959 e 1964, durante a segunda presidência de Rómulo Betancourt (1908-1981).¹²

Nome importante do gabinete presidencial, em 1959, integrando a delegação venezuelana para o Primeiro Congresso Árabe do Petróleo, realizado no Cairo, Egito, Pérez Alfonzo expôs seu interesse em criar uma organização internacional de países produtores. Inicialmente, os países árabes relutaram e só reconsideraram a proposta após a queda nos preços, em agosto de 1960.¹³ Já em setembro, Irã, Iraque, Kuwait, Arábia Saudita e Venezuela fundaram a Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP) que, em 1973, no auge da crise, contava com cerca de doze membros. Mas, enquanto estes procuravam aumentar suas entradas, a Venezuela buscava ter maior controle sobre a produção e a indústria (EWELL, 2002).

Desse modo, a Gran Venezuela de Andrés Pérez tentou aproveitar essa circunstância para impulsionar projetos de modernização e suscitar

¹¹ O Yom Kipur [dia do perdão] é um feriado judeu celebrado em 6 de outubro. Na ocasião, os dois países invadem Israel de surpresa, em resposta aos territórios anexados durante a Guerra dos Seis Dias (1967).

¹² Entre 1945 e 1948, no primeiro mandato, Betancourt presidiu provisoriamente um governo que promoveu as primeiras eleições gerais com sufrágio universal. Em 1948, contudo, um golpe de Estado dado por Marcos Pérez Jiménez (1914-2001) interrompeu a democracia. Apenas em 1958, depois de Pérez Jiménez ser afastado, Betancourt foi reeleito.

¹³ Entre 1950 e 1970, principalmente nos países “desenvolvidos”, a economia mundial experimentou seus “anos dourados” devido ao aumento da produção e de riquezas. Uma das razões desse crescimento era o custo extremamente barato da energia. O barril de petróleo saudita, uma das principais fontes, custava cerca de dois dólares nessa época (HOBSBAWM, 2002, p. 258).

a imaginação coletiva, induzindo a sensação de que o Estado venezuelano poderia efetivamente construir e garantir a cidadania plena. O Estado – principal agente de transformação social – integraria a sociedade de modo harmônico a partir de instituições politicamente centralizadas. Todavia, para usar a expressão de Coronil (2002), trata-se de um “Estado Mágico”, que, usando o petróleo, adquire uma dimensão na vida política do país que é mais fictícia do que real, uma entidade deificada que parece estar acima da sociedade.

Na política externa, o governo também projetou uma integração regional e internacional. De acordo com Ewell (2002, pp. 341-347), ambicionando “semear o petróleo”¹⁴ na vida venezuelana, Andrés Pérez deu projeção internacional ao país aproximando-se do Terceiro Mundo;¹⁵ reestabelecendo relações diplomáticas com Cuba, em 1974; visitando Moscou, em 1976; e ainda apoiando os guerrilheiros sandinistas e as negociações do Tratado do Canal do Panamá, em 1979. Andrés Pérez, então, tornou Caracas um centro de negociações econômicas entre os hemisférios norte e o sul e, assim, aproximou-se dos países das regiões do Caribe, da Amazônia e dos Andes. Contudo, devido a essas decisões, surge certa tensão nas relações entre a Venezuela e os Estados Unidos – principal comprador do petróleo venezuelano.

Assim, entre 1974 e 1979, no auge da crise do petróleo, Andrés Pérez almejava construir uma identidade venezuelana que fosse ao mesmo tempo caribenha, andina, atlântica e amazônica. Havia, também, todo um interesse político em mobilizar um discurso sobre a união latino-americana, integrando os diferentes países da região. Ainda nesse contexto, em 1975, a Venezuela nacionalizou o petróleo e, também,

14 Em 14 de julho de 1936, o escritor Arturo Úslar Pietri (1906-2001), em um editorial intitulado “Sembrar el petróleo”, postulava a ideia de que a riqueza da exploração do petróleo deveria ser investida em outras áreas produtivas e na diversificação da economia. Era necessário, segundo ele, aproveitar a riqueza transitória da exploração do petróleo para criar uma economia progressiva, capaz de deixar o país independente do mercado internacional (ÚSLAR PIETRI, 1936). Segundo Coronil (2002), a expressão de Úslar Pietri designa a metáfora de uma política estatal sobre a utilização dos recursos advindos do subsolo para financiar a produção industrial e agrícola modernas que, todavia, não alavanca o desenvolvimento do país.

15 O termo serviu para contrastar a realidade dos países dependentes das economias industrializadas, num contexto dividido política e geograficamente entre as hegemonias do Primeiro Mundo (países capitalistas desenvolvidos) e as do Segundo Mundo (países socialistas desenvolvidos). Em 1955, após a conferência de Bandung, Indonésia, o Terceiro Mundo também designou a ideologia política de não alinhamento entre esses dois blocos (ESCOBAR, 1995).

promulgou a Lei de Cultura (VENEZUELA, 1975) que, entre outras coisas, criou o Consejo Nacional de la Cultura (Conac).

Como mostra Gordon-Burroughs (2014), o crescimento econômico e a nacionalização do petróleo impactam o modo como a cultura se desenvolve na Venezuela. O país se torna referência na América Latina, atraindo a atenção pela riqueza e, principalmente, pela democracia que, por exemplo, absorve um sem número de intelectuais exilados do Cone Sul pelas ditaduras. Parte deles, aliás, trabalhou em entidades e agências vinculadas ao Conac que, por sua vez, produziu uma rede cultural que tinha o Estado como principal mecenas.

Discursando sobre a nacionalização do petróleo, Andrés Pérez alegava que esse ato atenderia às reivindicações do Terceiro Mundo e de toda a América Latina porque, de um lado, os países industrializados, agora, seriam obrigados a dialogar sobre a criação de uma nova ordem mundial econômica e sobre a valorização dos preços das matérias-primas. Do outro lado, afirmava que o papel da Venezuela – evocando o ideal de Bolívar, discutido anteriormente – era lograr um governo democrático, poderoso, próspero e permanente para todos os povos, especialmente os da América Latina.

Contudo, para isso acontecer, o crucial seria combinar o desenvolvimento econômico ao cultural. O povo venezuelano, segundo Andrés Pérez, para realizar esse destino e afirmar sua personalidade coletiva, teria de imprimir uma marca permanente na cultura. Desse modo, de acordo com as palavras do presidente: “a literatura, a pintura, a música, o teatro, o cinema e todos os outros meios de comunicação do espírito humano, constituem a infraestrutura essencial de um nacionalismo autêntico”, ou seja, são “o fundamento e a raiz da revolução democrática” (ANDRÉS PÉREZ, 1975, [s.p.]) impulsionada pela Gran Venezuela.

A Biblioteca Ayacucho, então, integrava a infraestrutura desse “nacionalismo autêntico” e fundamenta a revolução democrática de Andrés Pérez. E, nesses termos, compõe uma construção discursiva que produzia uma identidade e uma história latino-americanas com início na Venezuela. Contudo, isto só ocorreu porque o governo, para concretizar essa empreitada, aproximou-se de artistas e intelectuais e, utilizando a abundância do petróleo para investir na cultura e nas humanidades, tentou criar uma expressão de que aquele momento seria uma espécie de destino inevitável.

Nesses termos, surgiu uma “comunidade imaginada” pela Venezuela e que conferiria “autenticidade” ao “sentimento de ser” da América Latina (ANDERSON, 2008; GONÇALVES, 2008; TRILLING, 2014). Então, fica claro o porquê de

Que entre os propósitos desta celebração continental não podem ficar à margem as manifestações que assinalam o grau, a maturidade e o desenvolvimento da cultura dos povos latino-americanos, como fatores da unidade integral que deve reger as relações destes povos, vinculados estreitamente pela história e pela geografia (VENEZUELA, 1974, p. 125).¹⁶

Grau, maturidade e desenvolvimento pressupõem algo além do conteúdo político. Evidenciam, na verdade, uma forma historicista¹⁷ de organizar o tempo em que a “cultura dos povos latino-americanos” ganha um sentido evolucionista e toda a experiência acumulada, pelo continente, parece formar um sistema orgânico no qual as partes se harmonizam com o todo.¹⁸

Isso, por um lado, demonstra as marcas da Ilustração e, pelo outro, do Romantismo no cânon da Biblioteca Ayacucho. Havia, assim, uma preocupação com a universalidade que enquadrava a cultura latino-americana como parte do Ocidente, mas, cuidava, ao mesmo tempo, para que fosse ressaltada a particularidade de cada um dos povos do continente. Nesses termos, o conceito de cultura agregava o de povos para enfatizar os elementos “maduros” que formavam o conjunto da Biblioteca.

Para compreender melhor a questão acima, é interessante mencionar que, no século XIX latino-americano, a preocupação era formar a cultura das jovens nações recém-independentes para legitimar suas existências. Como mostrou Sommer (2004, pp. 21-27),¹⁹ seria necessário, antes de mais nada, dar corpo à história, pois, num continente tão jovem como

¹⁶ “Que entre los propósitos de esta celebración continental no pueden quedar al margen las manifestaciones que señalan el grado, madurez y desarrollo de la cultura de los pueblos latinoamericanos, como factores de la unidad integral que debe regir las relaciones de estos pueblos, vinculados estrechamente por la historia y la geografía.”

¹⁷ Sobre o historicismo, cf. Araújo (1992).

¹⁸ A Biblioteca Ayacucho operava em termos de autenticidade, integridade e correção da cultura. Com a preocupação de criar algo original, havia todo um cuidado para saber se algum elemento fora anteriormente adulterado e, assim, se poderia ou não ser considerado confiável para dar sentido à ideia de América Latina.

¹⁹ Durante o século XIX, na América Latina, havia forte presença do ideário iluminista (na fundação de uma legislação racional) e do romantismo, principalmente com os romances nacionais que buscavam criar imagens conciliatórias das nações que surgiam em meio a guerras e outros conflitos.

a América, faltavam dados básicos sobre as formas que desejavam criar. Contudo, após o relativo sucesso de unificação dos corpos nacionais, era fundamental unificar o corpo continental, até porque – como visto na seção anterior – isto estava sendo pensado paralelamente à construção dos Estados nacionais.

Não à toa, como discutido acima, com os elementos mobilizados para montar o projeto da Biblioteca, havia todo um cuidado em construir numa narrativa a autenticidade do continente (STEWART, 1993). Ora, quando no século XX o conceito de América Latina foi mobilizado e atualizado, o que estava em jogo, além da diferenciação com o conceito do século XIX, era a organização da história da região de modo linear e com etapas e estágios bem definidos, que expressassem um sentido distinto daquela atribuição artificialmente dada de que a história cultural latino-americana, por estar à sombra da cultura europeia, não poderia seguir um caminho próprio.

Segundo Ardao (1980, pp. 23-27), a expressão “América Latina”, entendida como substantivo composto que designa as partes espanhola, francesa e portuguesa da América apareceu pela primeira vez no final da década de 1850. Entretanto, para compreendermos a história desse conceito, é necessário lembrar que, antes do atual significado – que, inclusive, está ligado às origens políticas da Biblioteca Ayacucho – houve um momento anterior a esse em que a ideia de América Latina passou a designar universalmente uma região onde povos tão diferentes se unem estreitamente pela geografia e pela história que supostamente têm em comum.²⁰

Ainda que Bolívar, em 1815, na Carta da Jamaica, já tivesse imaginado uma união americana, a utilização do adjetivo “latina” para designar parte da América apareceu durante o governo de Napoleão III, na França, em 1836, no texto “Sobre o progresso e porvir da civilização” de Chevallier e, entre 1850 e 1886, num conjunto de artigos de Torres Caicedo, conhecido como “Textos unionistas”.

20 Arturo Ardao, para construir a história do conceito de América Latina, elenca textos de dois autores do século XIX: o francês Michel Chevallier (1806-1879) e o colombiano José María Torres Caicedo (1830-1889). Além dos estudos sobre o desenvolvimento genético do termo, trabalhos mais recentes, como os de Feres Jr. (2005 e 2009) e Weinstein (2013), abordam a mobilização e a construção do conceito, além de buscar entender sua circulação e sua interação com outros elementos. Por outro lado, Achugar (2006), em diferentes ensaios, questiona se, na atualidade, a ideia de América Latina abarca diferentes culturas para, assim, inseri-las num “grande projeto democrático” em que todos possam participar.

O ponto em comum tanto para Bolívar, como vimos mais acima, quanto para Chevalier e Torres Caicedo é que a união americana dependia, fundamentalmente, da criação de entidades oficiais ligadas aos diferentes governos do continente. Até então, a questão política era a principal motivação da união latino-americana.²¹ À época, a ideia de unir exclusivamente os povos pois meio de uma cultura em comum soava deslocada, sobretudo, quando os interesses econômicos e diplomáticos eram mais evidentes e importantes de ser implementados.²²

Já em 1974, quando a Biblioteca Ayacucho foi inaugurada, os discursos políticos anteriores não apenas foram mobilizados como, também, foram redirecionados para criar outras formas de unificar a América, para além do caminho político. Como está expresso na última consideração do decreto n. 407, mais importante do que consolidar os interesses dos governos e as diferentes políticas oficiais, a questão necessária à união latino-americana é a criação de

[...] um dispositivo que se oriente a manter a vigência do legado civilizador e coletivo da América e que sirva, igualmente, ao modo de aglutinação dinâmica dos intelectuais do Continente, como estímulo para a defesa, difusão e comunicação do pensamento e a formação de uma área comum para a circulação das ideias e dos livros (VENEZUELA, 1974, p. 126).²³

Desde o início, embora fosse um órgão da presidência da Venezuela, a Biblioteca Ayacucho procurou não mobilizar discursos estatais ou, em termos mais gerais, resistiu a assumir posições políticas e oficiais de Estado. O principal objetivo, ainda que a criação da Biblioteca respondesse a necessidades relacionadas ao projeto da Gran Venezuela de Andrés Pérez, seria criar uma instituição capaz de aglutinar os diferentes intelectuais dispersos pela América Latina, inclusive, fora dela, em um lugar onde fosse possível criar aquela “igual distância das extremidades”

21 Durante o século XIX, vários foram os projetos pan-americanos. O mais bem-sucedido deles foi o estadunidense que, com as Conferências Pan-americanas, durou de 1889 a 1954.

22 Feres Jr. (2009), mais uma vez, mostra como o discurso cultural de união americana era mobilizado, no século XIX, em ocasiões específicas mais como retórica do que como guia para ação coletiva.

23 “[...] un dispositivo que se oriente a mantener la vigencia del legado civilizador y colectivo de América y que sirva, igualmente, a manera de aglutinación dinámica de los intelectuales del Continente, como estímulo para la defensa, difusión y comunicación del pensamiento y la formación de un área común para la circulación de las ideas y de los libros”.

que, anteriormente, Bolívar idealizara: uma área comum para reunir ideias e culturas dispersas pelos exílios.

OS INTELLECTUAIS PELA BIBLIOTECA

Cabe reafirmar: a vigência do legado civilizador e coletivo, ou seja, a transmissão e consolidação do processo civilizatório que funda a América seria, sobretudo, função do Estado. Todavia, a formação de uma área comum para a circulação de ideias e de livros, em vez de ser atividade oficial, ainda que amparada pelo Estado, dependeria mais da mobilização intelectual que, naquele momento, unia-se para manter e consolidar a liberdade de expressão.

Em parte, como demonstrou Gilman (2012, cap. 2), entre 1960 e 1970, os intelectuais latino-americanos apropriaram-se do espaço público, transformando-o numa espécie de tribuna para expressar suas ideias para a sociedade em geral. Colocaram-se, na verdade, no papel de agentes de transformação social e, assim, adquiriram um tipo de mandato que lhes colocou na função de porta-vozes de conceitos como humanidade, nação, classe e povo no intuito de garantir as liberdades que, naquele momento, eram cerceadas. Nesse cenário, as perseguições, a censura e as tentativas de cooptação, principalmente por parte dos Estados Unidos, apenas serviram para reforçar a sensação de que os intelectuais eram importantes na promoção de uma opinião pública vinculada ao direito de expressão.

Ademais, naquela época, segundo Franco (2002, cap. 4), o Estado, além de desempenhar o papel principal no desenvolvimento e na modernização da sociedade e da cultura, também era o agente do progresso e das principais transformações. Portanto, no caso da Biblioteca Ayacucho, era comum a ideia de que o Estado patrocinasse empreitadas culturais sem necessariamente interferir na maneira como eram conduzidas. Não à toa, o projeto inicial da Biblioteca previa a construção de uma América pensada, quase exclusivamente, pelos intelectuais.

Nesses termos, a Biblioteca Ayacucho serviu para tornar a Venezuela, mais precisamente Caracas, um centro cultural latino-americano com mecanismos que atraíssem a atenção dos intelectuais do continente, os quais, naquele momento, tinham papel fundamental na propagação de mensagens e discursos para o grande público, principalmente aqueles vinculados à militância política e perseguidos pelos regimes militares no continente.

Outro fator, relacionado à efervescência cultural dos anos 1960 e 1970, era que, naquele momento, a Venezuela, além da bonança econômica, vivia um cenário de estabilidade política que, em comparação aos países do Cone Sul (Argentina, Brasil, Chile e Uruguai), contrastava com a deterioração dos direitos civis e das condições de vida nesses países. Devido a isso, quando eram obrigados a se exilar, segundo Pacheco e Guevara Sánchez (2004), muitos intelectuais vindos desses países encontravam na Venezuela uma primeira possibilidade de trabalho, progressão econômica e mobilidade social. A migração transformou a vida desses intelectuais e a cultura venezuelana, pois Caracas tornou-se ponto de encontro e reunião para as discussões em torno do conceito de América Latina.

Nesses termos, a Biblioteca Ayacucho foi importante para manter ativas as redes intelectuais formadas ao longo dos anos 1960 e 1970, mas que foram obrigadas a se dispersar para sobreviver quando os militares chegaram ao poder por meio de golpes de Estado, principalmente nos mencionados países do Cone Sul. Além do mais, como a Biblioteca Ayacucho foi planejada em um país latino-americano onde o governo era democrático, ela também se prestou a expressar o ideário de uma América livre, servindo como alternativa tanto ao discurso comunista, articulado por Cuba, sobretudo na Casa de las Américas, quanto ao discurso liberal dos Estados Unidos, apregoado, por exemplo, pela Aliança para o Progresso.²⁴ Essa suposição é possível porque, no decreto n. 407, a Biblioteca Ayacucho, para celebrar a independência do continente, tinha a função de recolher as obras mais importantes da cultura e do pensamento latino-americanos, desde as origens até o presente, cuidadas, prologadas e anotadas por especialistas do continente.

Segundo o decreto n. 407, todo funcionamento da Biblioteca Ayacucho, da seleção das obras e sua produção até o contato com os intelectuais, estava a cargo da Comissão Executiva, inicialmente, composta por José Ramón Medina (1919-2010),²⁵ Ramón Escovar Salom (1926-2008), Simón Alberto Consalvi (1927-2013), Miguel Otero Silva (1908-1985), Ramón J. Velásquez (1916-2014), Oswaldo Trejo (1924-1996) e Ángel Rama (1926-1983).²⁶ Ainda de acordo com o decreto, a Comissão deveria convocar, em

²⁴ Para um aprofundamento dessa questão, nos EUA e em Cuba, respectivamente, cf. Feres Jr. (2005) e Gilman (2010).

²⁵ Medina presidiu a Biblioteca Ayacucho até 2001.

²⁶ Rama, o único não venezuelano, até 1981, foi o diretor literário, responsável pelo contato com os demais intelectuais e, também, pela produção, revisão e finalização dos livros.

Caracas, uma Comissão Assessora Latino-americana representativa da inteligência, da criação e do pensamento contemporâneos a qual pudesse colaborar com a realização do projeto da Biblioteca Ayacucho.

Rama, por sinal, foi fundamental na concretização desse projeto. Seu conhecimento sobre a cultura latino-americana, principalmente da literatura, construído ao longo da década de 1960, ajudou a consolidar um cânon para o continente. Após dirigir a seção literária de *Marcha*,²⁷ integrar o conselho editorial de Casa de las Américas e, entre tantas outras atividades, participar das reuniões da Unesco sobre o continente, organizadas por Leopoldo Zea (1912-2004), Rama, por volta de 1974, era uma referência e alguém que conhecia o funcionamento de instituições culturais.

É possível, por exemplo, por meio das anotações feitas em seu *Diario* (RAMA, 2008, p. 49), verificar como ele atuou para levar a Biblioteca Ayacucho adiante. Seis dias após a publicação do decreto n. 407, em 16 de setembro de 1974, Rama anotou sobre a ida ao aeroporto para buscar a delegação latino-americana composta pelos brasileiros Darcy Ribeiro (1922-1997) e Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), pelo uruguaio Arturo Ardao (1912-2003), pelo mexicano Leopoldo Zea e pelo cubano Roberto Fernández Retamar (1930).

A equipe latino-americana, mencionada no *Diario*, reuniu-se com a Comissão Executiva da Biblioteca Ayacucho – órgão da presidência com gastos orçados pelo Ministério da Fazenda, auxiliada pelos ministérios de Relações Exteriores e da Educação – que, no intuito de cumprir a sua função, convocou o Encuentro de Escritores e Investigadores de la Cultura Latinoamericana, que reuniu em Caracas, entre 17 e 21 de novembro de 1975, mais de 40 intelectuais, críticos, investigadores e especialistas do continente para trabalharem em conjunto no desenho e no estudo do plano de edições para a Biblioteca.

Desse modo, como o objetivo era tornar a Biblioteca Ayacucho a expressão mais ampla possível dos interesses e da cultura da América Latina, montou-se um grupo formado pelos argentinos Enrique Anderson Imbert (1910-2005), Ernesto Sabato (1911-2011), Tulio Halperín Donghi (1926-2014) e Noé Jitrik (1928), pelos chilenos Fernando Alegría (1918-2005) e Gonzalo Rojas (1916-2011), pelos colombianos Rafael Gutiérrez Girardot (1928-2005) e Juan Gustavo Cobo Borda (1948), pelo dominicano

27 Semanário uruguaio que circulou sem interrupção de 1939 a 1974. Discutiam-se, em suas páginas, questões da cultura uruguaia e da América Latina.

Juan Bosch (1909-2001), pelo equatoriano Benjamin Carrión (1897-1979), pelos mexicanos José Emilio Pacheco (1939-2014) e Leopoldo Zea (1912-1994), pelo nicaraguense Sergio Ramírez (1942), pelo panamenho Rodrigo Miro (1912-1996), pelo paraguaio Augusto Roa Bastos (1917-2005), pelos peruanos Luis Alberto Sánchez (1900-1994) e José Miguel Oviedo (1934), pelo porto-riquenho Arcadio Días Quiñones, pelo salvadorenho Ítalo López Vallecillos (1932-1986), pelo uruguaio Carlos Real de Azúa (1916-1977) e pelos venezuelanos Adriano González León (1931-2008), Pedro Grases (1909-2004), Juan Liscano (1915-2001) e Domingo Miliani (1934-2002).

Os únicos que tiveram seus nomes anunciados, mas não compareceram foram os brasileiros Caio Prado Júnior (1907-1990) e Antonio Candido (1918-2017). Prado Jr. teve sua autorização negada para sair do país pelo governo brasileiro. Em solidariedade a ele e como forma de protesto, Candido decidiu não viajar.

Segundo o breve ensaio de Roa Bastos, escrito para o “Papel Literario”, de *El Nacional*, a ausência dos brasileiros no encontro gerou repulsa e indignação nos participantes que prontamente lançaram uma nota condenando o gesto das autoridades do governo do Brasil que, por sua vez, não deu satisfação alguma sobre a decisão. Para Roa Bastos (1975, p. 1), a ausência de ambos apenas reforçou a hipótese de que à época os governos autoritários tinham medo da inteligência porque sustentavam-se na dominação e na dependência.

CONCLUSÃO

Chegando ao fim, gostaria de evidenciar, primeiro, a importância institucional da Biblioteca Ayacucho para reunir os intelectuais latino-americanos e, segundo, consolidar uma narrativa histórica da América Latina baseada na autonomia e no desenvolvimento tanto da independência como da liberdade.

Em relação a países como o Brasil, por exemplo, onde os governos eram autoritários, a construção do projeto da Biblioteca significava a possibilidade real de integrar a América Latina pela cultura por meio da preservação e da expansão do projeto democrático continental que remontava ao ideário de Bolívar.

A fundação da Biblioteca Ayacucho, em meados dos anos 1970, deu novo fôlego aos intelectuais comprometidos com a causa latino-americana da época, principalmente aos exilados e perseguidos pelas ditaduras,

como, por exemplo, no caso de Ángel Rama que, na Venezuela, encontrou na Biblioteca a possibilidade de recriar sua ligação com o continente depois de perder a nacionalidade uruguaia (DEMENECH, 2018).

Além do mais, a inauguração da Biblioteca demonstrou que o “esplendor latino-americanista”²⁸ não acabou ao final dos “catorze anos prodigiosos” (GILMAN, 2012, p. 35), originando-se heroicamente na Revolução Cubana (1959) e terminando de modo dramático na queda do governo de Salvador Allende (1908-1973), pelo golpe de La Moneda (1973), dado por Augusto Pinochet (1915-2006).

Assim, por ora, pode-se antever, a partir da discussão feita até este ponto do texto, que a criação da Biblioteca Ayacucho ampliou o marco desse esplendor latino-americanista e, também, questionou as hipóteses de que, depois do 11 de setembro de 1973, os intelectuais encontraram um cenário em que as ditaduras esvaziaram os conteúdos progressistas e libertários dos anos anteriores (BEVERLEY, 1993; AVELAR, 2003; GILMAN, 2012).

Com certeza, a escalada do autoritarismo na América Latina, como vimos, dificultou, e até impossibilitou, a criação e manutenção das redes intelectuais. Porém, é importante ressaltar que não foi o suficiente para pôr fim à atuação e reunião desses grupos que, no afã de manter o ideário dos anos anteriores, criaram alternativas aos projetos e discursos dos regimes autoritários.

Para concluir, vale lembrar que, em *A biblioteca à noite*, Manguel (2006) discute como o espaço de uma biblioteca consegue, ao mesmo tempo, concentrar aspirações e pesadelos de uma sociedade. Sendo assim, supõe-se que a Biblioteca Ayacucho tenha surgido do desejo de preservar a experiência da cultura latino-americana ameaçada pelo avanço dos regimes militares e, também, da necessidade de reunir elementos que servissem para fundar uma ordem democrática por meio das ideias produzidas pelos intelectuais do continente.

Por último, mas não menos importante, é como se toda a Biblioteca fosse feita para preservar os restos de uma cultura que, desde os anos 1970, foi se transformando a ponto de não mais prescindir, por exemplo, de intelectuais para conduzir sua transformação. Ou seja, o papel que o intelectual desempenhara anteriormente, desde os anos 1980, não fazia

²⁸ Termo utilizado que descreve o período em que na América Latina havia entre os intelectuais o compromisso com a transformação social e a superação do “atraso” por meio de projetos desenvolvimentistas, principalmente entre os anos 1950 e 1970.

sentido porque já não era necessária a mediação para explicar os símbolos e as ideias culturais. Ainda assim, por ser uma “área comum” feita por esse grupo, a Biblioteca Ayacucho manteve-se como um legado que, até hoje, dá sentido ao conceito de América Latina. Por isso, nestes tempos, é interessante visitar esse projeto editorial e, como um todo, averiguar não as respostas, mas as perguntas que ele fornece sobre o nosso presente.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. História e narrativa. *Vária História*, Belo Horizonte, v. 1, n. 11, pp. 57-75, 1992.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexão sobre a origem e difusão do nacionalismo*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.

ANDRÉS PÉREZ, Carlos. Discurso Nacionalización Petróleo. 1975. Disponível em: <<https://www.retoricas.com/2010/07/discurso-nacionalizacion-petroleo.html>>. Acesso em: 20 set. 2018.

BOLÍVAR, Simón. *Doctrinas del libertador*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1976. (Coleção Clássica, v. 1)

BOLÍVAR, Simón. *Escritos políticos*. Trad. Jaques Mario Brand e Josely Vianna Baptista. Campinas: Ed. Unicamp, 1992. (Coleção Repertórios)

BUENO, Elen de Paula; ARRUDA, Victor A. Pereira de. O. O Congresso do Panamá (1826): perspectivas políticas, teóricas e jurídicas nas relações internacionais. *Papel Político*, Bogotá, v. 20, n. 1, jun. 2015, pp. 235-265. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0122-44092015000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 mai. 2018.

CHIARAMONTE, José Carlos. *Raíces históricas del federalismo latinoamericano*. Buenos Aires: Sudamericana, 2016.

CORONIL, Fernando. *El estado magico: naturaleza, dinero y modernidad en Venezuela*. Trad. Esther Pérez. Caracas: Nueva Sociedad, 2002.

DEMENECH, Pedro. *Velhos e novos mundos: Ángel Rama em seu Diário (1974-1983)*. Porto Alegre: Bestiário, 2018.

ESCOBAR, Arturo. *Encountering Development: The Making and Unmaking of Third World*. Princeton: Princeton University Press, 1995.

EWELL, Judith. Venezuela, 1930-1990. In: BETHELL, Leslie (Org.). *Historia de América Latina: los países andinos desde 1930*. Trad. Jordi Beltrán. Barcelona: Editorial Crítica, 2002, pp. 301-356.

- FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier (Dir.). *Diccionario político y social del mundo iberoamericano*. 2 v. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009-2014. (Iberoconceptos)
- FERES JR., João. El concepto de América en el mundo atlántico (1750-1850): perspectivas teóricas y reflexiones sustantivas a partir de una comparación. In: FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier (Dir.). *Diccionario político y social del mundo iberoamericano*. Vol. 1. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009, pp. 51-67. (Iberoconceptos)
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/lphan, 1996.
- GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias: ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. Madrid: Mapfre, 1992.
- HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. Trad. Marcos Santarrita. 2. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.
- MANGUEL, Alberto. *A biblioteca à noite*. Trad. Samuel Titan Jr. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.
- PACHECO, Carlo; GUEVARA SÁNCHEZ, Marisela. Ángel Rama, la cultura venezolana y el epistolario de la Biblioteca Ayacucho. *Estudios: Revista De Investigaciones Literarias Y Culturales*, Caracas, v. 10/11, n. 22/23, jun. 2004, pp. 99-136.
- RAMA, Ángel. *Diario: 1974-1983*. Montevideo: Trilce, 2008.
- ROA BASTOS, Augusto. La inteligencia como riesgo. *El Nacional*, "Papel Literario", Caracas, 23 nov. 1975, p. 1.
- SOMMER, Doris. *Ficções de fundação: os romances nacionais da América Latina*. Trad. Gláucia Renate Gonçalves e Eliana Lourenço de Lima Reis. Belo Horizonte: UFMG, 2004.
- STEWART, Susan. *On Longing: Narratives of the Miniature, the Gigantic, the Souvenir, the Collection*. Durham: Duke University Press, 1993.
- TRILLING, Lionel. *Sinceridade e autenticidade: a vida em sociedade e a afirmação do eu*. Trad. Hugo Langone. São Paulo: É Realizações, 2014.
- ÚSLAR PIETRI, Arturo. Sembrar el petróleo. *Ahora*, Caracas, 14. jul. 1936.
- VENEZUELA. Decreto n. 407 de 10 de setembro de 1974. *Decretos del Presidente de Venezuela: Carlos Andrés Pérez*. Vol. 4. Caracas: Centauro, 1974, pp. 125-126.
- VENEZUELA. Ley del Consejo Nacional de la Cultura, 29 de agosto de 1975. *Gaceta Oficial [de la Republica de Venezuela]*, Caracas, n. 1.768, [s.d.].

Recebido: 18/11/2018

Aceito: 24/05/2019

Publicado: 13/12/2019